



# PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

Av. Cândido de Abreu, 535, 11º andar – Fórum, Centro Cívico – CEP 80530-960. Telefone (41) 3222-2476

## EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0009194-93.2006.8.16.0001 PROJUDI)

O Doutor PAULO GUILHERME RIBEIRO DA ROSA MAZINI, MM. Juiz de Direito Substituto da 11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos AUTOS Nº 0009194-93.2006.8.16.0001 (PROJUDI), que move HOSPITAL CRUZ VERMELHA BRASILEIRA em face de MANUEL ANTONIO CHAVES ATHAYDE (CPF: 316.624.809-97), serão levados a leilão judicial os bens abaixo descritos, observadas as seguintes condições:

**1º Leilão em 06/04/2021 às 14h00min**, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;  
**2º Leilão em 20/04/2021 às 14h00min**, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

Em não havendo arrematação ou se por qualquer motivo o leilão judicial não se realizar, ficam desde já designadas novas datas:

**1º Leilão em 04/05/2021 às 13h00min**, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;  
**2º Leilão em 18/05/2021 às 13h00min**, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

**MODALIDADE DO LEILÃO:** Os leilões serão realizados **eletronicamente** com recepção de lances online através do site <https://oleiloes.com.br/>, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão, com pagamento à vista. O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao Leiloeiro através do e-mail [contato@oleiloes.com.br](mailto:contato@oleiloes.com.br) antes do início do leilão. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site <https://oleiloes.com.br/>, WhatsApp (41) 99870-7000, Telefone 0800.052.4520.

**DESCRIÇÃO DOS BENS:** *LOTE DE TERRENO SOB Nº 01, DA QUADRA 01, DA PLANTA MONTPARNASSE RESIDENCIAIS, DO MUNICÍPIO E COMARCA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, CONTENDO UMA RESIDÊNCIA EM ALVENARIA MEDINDO 457,53M<sup>2</sup>, MEDINDO 18,00 METROS DE FRENTE PARA AVENIDA Nº 01, FAZENDO ESQUINA COM A ESTRADA DO MARMELEIRO, ONDE MEDE 35,00 METROS, TENDO DO LADO OPOSTO DA PRIMEIRA RUA 21,00 METROS E NO LADO OPOSTO A SEGUNDA RUA, ONDE MEDE 35,00 METROS, COM A ÁREA DE 682,50M<sup>2</sup>, COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 6724 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR, IF; LOTE DE TERRENO SBO Nº 03, DA QUADRA 01, DA PLANTA MONTPARNASSE RESIDENCIAIS, NO MUNICÍPIO E COMARCA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, MEDINDO 13,00 METROS DE FRENTE, POR 35,00 METROS DE EXTENSÃO DA FRENTE AOS FUNDOS EM AMBOS OS LADOS, FUNDOS 13,00 METROS, COM A ÁREA E 455,00M<sup>2</sup>, COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 6725 DO RI DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR, IF: 03.01.00.008.0546.01. LOCALIZAÇÃO:* Rua Rouxinol, 9, Lot. Montparnasse, Almirante Tamandaré/PR.

**VALOR DA AVALIAÇÃO:** R\$ 1.620.000,00 (mov. 41.1), atualizada até 29/03/2021.

**ÔNUS:** Consta na Matrícula 6724: R-1: Arresto proveniente dos autos nº 0219120-0/01 em trâmite perante a 11ª Vara Cível de Curitiba; AV-2: Averbação de ajuizamento de ação proveniente dos autos nº 117/2005 em trâmite perante a 11ª Vara Cível de Curitiba. Consta na Matrícula 6725: R-1: Arresto proveniente dos autos nº 0219120-0/01 em trâmite perante a 11ª Vara Cível de Curitiba; AV-2: Averbação de ajuizamento de ação proveniente dos autos nº 117/2005 em trâmite perante a 11ª Vara Cível de Curitiba. Consta na Certidão Positiva do Depositário Público: Item 1: Penhora, arresto, sequestro e depósitos proveniente dos autos nº 0002746-20.2015.8.16.0024 em trâmite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Almirante Tamandaré; Item 2: Penhora, arresto, sequestro e depósitos proveniente dos autos nº 0004051-34.2018.8.16.0024 em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Almirante Tamandaré; Item 3 e 4: Penhora, arresto, sequestro e depósitos proveniente dos autos nº 129/07 em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Almirante Tamandaré. Débitos de IPTU: O ofício nº 0299/2021 remetido à Procuradoria Geral do Município de Almirante Tamandaré ainda não retornou com informações. Outros débitos: O ofício nº 0301/2021 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o ofício nº 0302/2021 remetido à Receita Federal/INSS e o ofício nº 0303/2021 remetido ao IAP ainda não retornaram com informações. Observação: Na forma do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência.

**DÉBITO EXECUTADO:** R\$ 3.382.634,31 (mov. 53.1), sujeito à atualização.

**DEPOSITÁRIO:** Depositário Público (mov. 1.1).

**REMUNERAÇÃO DO LEILÃO:** A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de acordo, transação ou adjudicação comissão de 1% sobre o valor da avaliação.

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do CPC, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do CPC: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I – em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II – em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do CPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.

**RECURSO(S) PENDENTE(S):** Nada consta.

**INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES:** Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza propter rem (art. 908, § 1º, do CPC). A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter ad corpus. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. A missão na posse ficará a cargo do arrematante (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenha sido anteriormente intimado por qualquer outro meio legalmente estabelecido, fica intimado o executado MANUEL ANTONIO CHAVES ATHAYDE (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições, ao primeiro interessado que ofertar proposta que respeite as condições mínimas fixadas para o segundo leilão. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 29/03/2021. Eu, Leiloeiro Público Oficial Designado, que o fiz digitar, por ordem do MM. Juiz de Direito Substituto.

**PAULO GUILHERME RIBEIRO DA ROSA MAZINI**

Juiz de Direito Substituto